

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA PEQUENA CIDADE DE ALEXANDRIA-RN: O CASO DO BAIRRO NOVO HORIZONTE

Fablênia Tatiany de Farias

Graduada pelo Curso de Geografia – UERN/ CAMEAM
fablenia@hotmail.com

Larissa da Silva Ferreira

Professora Msc. do Curso de Geografia – UERN/ CAMEAM
larissaferreira@uern.br

Resumo:

O presente trabalho objetiva compreender as ações públicas empreitadas pelo Estado na produção do bairro Novo Horizonte, localizado na cidade de Alexandria/RN. Para tanto, foi feito um levantamento teórico-metodológico a respeito do urbano, das cidades e dos agentes produtores do espaço a partir de autores como Corrêa (2000 e 2011), Sposito (2011) e Souza (2008, 2011) dentre outros. Foram realizadas, também, pesquisas de campo pautadas na observação *in locu* e na realização de entrevistas estruturadas e aplicação de questionários com o poder público local e moradores do bairro, respectivamente, no intuito de buscar informações e características da produção desse bairro. Os resultados deste trabalho demonstram que as ações públicas realizadas pelo Estado, visando o bem comum e ao beneficiamento das classes menos favorecidas economicamente, acabam, por fim, a beneficiar a classe social detentora do poder econômico local.

Palavras-chave: Espaço urbano, Bairro, Estado

PRODUCTION OF URBAN SPACE IN SMALL TOWN ALEXANDRIA-RN: THE CASE OF THE NOVO HORIZONTE NEIGHBORHOOD

Abstract:

This paper aims to understand the actions by the State public works in the production of Novo Horizonte neighborhood, located in the city of Alexandria / RN. For this, a survey was made theoretical and methodological about urban cities and space producing agents from authors like Corrêa (2000 and 2011), Sposito (2011) and Souza (2008, 2011) among others. Were performed also guided fieldwork observation in locus and conducting structured interviews and questionnaires with the local government and neighborhood residents, respectively, in order to seek information and production characteristics of this neighborhood. The results of this study demonstrate that the public actions taken by the State for the common good and the improvement of the lower classes economically, eventually, finally, to benefit the social class that owns the local economic power.

Key-words: Space urban; Neighborhood; State.

1 Introdução

A intenção deste trabalho é discorrer sobre a produção do espaço urbano, tendo como foco o bairro Novo Horizonte na cidade de Alexandria – RN. Buscou-se compreender seu crescimento, bem como identificar os agentes produtores do espaço urbano envolvidos na construção do bairro. Para tanto, partiu-se de um levantamento teórico-conceitual sobre

espaço, produção do espaço, produção do espaço urbano e seus agentes, além de políticas públicas de infraestrutura urbana, como fundamentais para compreensão do referido bairro.

Nessa perspectiva, entende-se que o espaço é extremamente contraditório, desigual e organizado a partir da lógica capitalista, principalmente a partir do século XX Santos (1999, p. 34) acredita no espaço enquanto lócus da reprodução dialética das ações humanas e afirma que

O espaço é formado de objetos: mas não são objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, [...]

Essa análise do espaço permite uma compreensão da realidade social de todas as classes, como a sociedade produz seu espaço, qual o uso que faz dele, especialmente o espaço urbano no qual é produzido por diversos atores, principalmente o Estado, que exerce diversificados interesses em sua produção, engendradas através de políticas de infraestrutura, habitação que muitas vezes ao atender aos interesses do capital, exige-nos a reflexão acerca do seu papel nas ações do espaço atual. Em decorrência desse intenso envolvimento do Estado na produção do espaço, analisamos a produção do espaço urbano na cidade de Alexandria – RN, e como o bairro Novo Horizonte teve o Estado como seu principal agente produtor.

O bairro citado fora construído concentrando vários prédios públicos como o Fórum Desembargador Zulma Veras, a Previdência, o Cartório Eleitoral, a Promotoria e será construído o IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte). Conta também com uma praça e um conjunto habitacional. Neste sentido procuramos compreender as ações públicas empreitadas pelo poder público no bairro Novo Horizonte, buscando identificar como ocorreu seu processo de produção, bem como a origem e o processo de planejamento que idealizou e produziu o bairro. Buscou-se entender, também, o porquê da construção de um conjunto habitacional no bairro e como ocorreu o processo de distribuição das casas, como caminho para compreender todo o processo de produção deste referido espaço.

Para a realização da pesquisa buscamos, primeiramente, fazer uma revisão conceitual sobre espaço, espaço urbano e produção do espaço urbano, pesquisas bibliográficas a respeito do município de Alexandria-RN, levantamento de dados primários e secundários, bem como a construção de um acervo fotográfico sobre o objeto de estudo, que é o bairro Novo Horizonte.

Com relação à coleta de dados primários, nos detemos à pesquisa de campo aplicando questionários e realizando entrevistas, junto aos moradores do bairro Novo Horizonte e com Secretarias do Município de Alexandria, com o objetivo de vislumbrar as ações do Estado nas diferentes visões. Como coleta de dados secundários, realizou-se levantamentos de dados em órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que investiga, anualmente, as características gerais da população; bem como dados e informações junto à Prefeitura Municipal de Alexandria (RN) para entendermos como ocorreu todo o processo de produção desse espaço do bairro Novo Horizonte. Na fase final, fizemos a tabulação, sistematização e análise dos dados e redação do trabalho/pesquisa.

A partir desses passos, o trabalho final formatou-se a partir de quatro seções, sendo a primeira delas uma discussão das principais fases conceituais utilizadas para a leitura do espaço empírico o qual este trabalho analisa. Na segunda discute-se a origem e o processo de planejamento que idealizou e produziu o bairro de Novo Horizonte, baseados em estudiosos da área. Na terceira sessão temos uma reflexão do por que da construção de um conjunto habitacional em consonância ao bairro bem como o processo de distribuição das casas, fundamentados na análise de questionários e entrevistas estruturadas. Por último encontram-se as considerações finais, sendo retomados os principais aspectos da discussão da produção do espaço do bairro Novo Horizonte e a compreensão das ações públicas empreitadas pelo Estado no bairro.

2 Breve introdução sobre a cidade

Como melhor caminho para entendermos a dinâmica dos espaços urbanos de uma pequena cidade, faremos um resgate conceitual sobre o que é a cidade, enquanto lócus de concentração populacional, de mercadorias, de poder, das ações públicas e concentração social. Local que ocorre intensa produção e reprodução de seu espaço, as cidades são formadas e reorganizadas, a partir de uma lógica de produção do espaço urbano construída por seus agentes. A cidade se diferencia de vilas, e de outros espaços rurais através de vários fatores, como população, densidade populacional estatuto legal, ou por ser a sede administrativa do município, embora sua clara definição não seja precisa, sendo alvo de discussões diversas.

A cidade, com a evolução da técnica, não é mais a natureza primeira, é objeto inteiramente histórico, impondo a idéia de um tempo humano, um tempo com a forte representação humana, na qual se torna possível tratá-la de forma concreta (SANTOS, 1994).

A condição atual da cidade é fruto de sua ordem espacial, que revela as relações regidas por instituições, como o Estado e as igrejas, produto das inter-relações entre indivíduos e instituições.

Cavalcanti (2008, p. 148-149) ainda nos vem afirmar que cidade

[...] é uma expressão da complexidade e da experiência humana. As cidades, em suas varias configurações, são arranjos produzidos para que seus habitantes - diferentes grupos, diferentes culturas, diferentes condições sociais – possam praticar a vida em comum, compartilhando, nesses arranjos, desejos, necessidades, problemas cotidianos. Elas se formam na e pela diversidade dos grupos que nelas vivem.

Diante disso, devemos pensar a cidade não como uma forma em si, mas como um espaço construído, a partir da associação entre atores sociais. É na cidade que se evidenciam as contradições sociais e onde os problemas são ressaltados. A fim de minimizar tais problemas, são criadas políticas públicas, e o Estado tem um papel muito importante não só através dessas políticas, como também na organização desse espaço.

A cidade não é, apenas, a localidade na qual são produzidos os bens, a oferta dos serviços, comercializados e consumidos. É, pois, fruto da materialização do trabalho humano e local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e em valores diversos, formando grupos de interesses e afinidades, como bem afirma Souza:

A cidade é um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político. Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e integram com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidades e interesse, menos ou mais definidos territorialmente na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar. (SOUZA, 2008 p.28)

Vale ressaltar que o urbano excede a cidade, ou seja, o espaço urbano é um processo espacial maior que a cidade, onde abriga a periferia, os loteamentos irregulares, como também abriga diferentes culturas.

A cidade exerce diversas funções, que se refletem no espaço construído através de agentes, que atuam na produção e reorganização dos espaços urbanos. Nesse sentido, o reconhecimento de diversas formas de manifestação do espaço urbano, a partir da atuação desses agentes, como o Estado, que atua de diversas formas necessárias à manutenção do sistema capitalista, talvez seja a principal contribuição deste, agindo também no controle dos conflitos entre os demais agentes produtores do espaço urbano.

Os agentes produtores do espaço urbano reorganizam o espaço e, simultaneamente, valorizando áreas (ou não), por meio de processos diferentes de transformação dos espaços a partir da conduta política, econômica e administrativa que dependem, muitas vezes da atuação em conjunto com o Estado que providencia a infraestrutura para qualificar esses espaços. Estes são fatores que configuram uma cidade.

3 A produção do espaço urbano: algumas discussões

A produção do espaço urbano tem sido questão de estudo da geografia, por abordar a reconfiguração espacial, o espaço social em sua totalidade, e seus diversos recortes. Especialmente a partir da década de 1960-70, com a o surgimento de uma nova corrente a Geografia Crítica que, ao enxergar o espaço através do materialismo histórico-dialético, percebe as suas desigualdades, suas contradições e organizado a partir de uma lógica capitalista, de produção e reprodução do capital. Assim a formação do espaço urbano, tendo neste estudo em específico o foco em uma pequena cidade, embora não contendo a dinâmica das grandes cidades, contém agentes produtores do espaço ativos e perceptíveis em sua construção e reconfiguração.

Neste sentido, compreender como se encontra a produção e organização do espaço de uma pequena cidade, a exemplo de Alexandria-RN como construção social, ou seja, socialmente produzido, refere-se à ação dos agentes locais. Nesse sentido, sobre esse assunto Carlos (2011, p.) coloca que a: “[...] produção do espaço, a partir da geografia, permite concebê-lo como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, definindo-o como processo/movimento em constituição com a própria sociedade.” Ou seja, se dá através das ações humanas no espaço geográfico, onde podemos verificar os processos de mudanças sociais.

O conceito de espaço urbano é semelhante ao de espaço no sentido em que esse é segregador, desigual e historicamente produzido pelo homem. Como bem coloca Corrêa (2000, p.11),

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.

A geografia desempenha papel importante, na discussão do espaço urbano, embora esse conceito não seja exclusivo dessa ciência. O espaço urbano, da cidade contemporânea, exige a conciliação de diferentes tempos e processos, que se deram através da materialização do trabalho humano, e pela complexidade apresentada através de sua produção e reprodução. Com vistas a compreender como a cidade se produz e reproduz ao mesmo tempo articulada e fragmentada, sendo formadas por diferentes áreas, como comercial, residencial, de lazer, porém esse espaço está todo articulado compreendendo um homogêneo e heterogêneo atendendo aos interesses do capital.

Mesmo em pequenas cidades os espaços são separados de acordo com o nível econômico, estando uma parte diretamente ligada ao capital, e a modernidade, enquanto a outra parte está tendo dificuldade de acesso aos serviços básicos de infra-estrutura urbana (transporte, saneamento básico, abastecimento de água, difícil acesso aos serviços de educação, saúde, habitação, menores oportunidades de emprego formal etc.) Nesse sentido, existe uma contradição causada pela lógica do sistema capitalista, através dos processos sociais, políticos e econômicos, porém ao mesmo tempo em que o espaço urbano é fragmentado e articulado, pois mantém relações com os demais, é simultaneamente, diferenciado e uniformizado, exemplificando o espaço como homogeneamente diferenciado.

Esse conceito é importante para entender as cidades na atualidade, que se apresentam para os geógrafos como novas espacialidades do urbano, a exemplo do surgimento das pequenas cidades onde as relações são reguladas pelo Estado, nas quais este faz investimentos em infra-estrutura, garantia os meios de consumo coletivo, criando condições de reprodução do capital.

4 Agentes produtores do espaço urbano: o Estado

A produção do espaço urbano se dá através da ação de vários agentes, tais quais os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os agentes imobiliários, as classes sociais excluídas, e, segundo Corrêa,

[...] os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento. (CORRÊA, 2011, p.44)

Os proprietários dos meios de produção são grandes consumidores de espaço; instalam-se em áreas próximas a mão-de-obra; moldam a cidade agindo de forma decisiva na localização e no uso do solo urbano.

Os proprietários fundiários são os donos de terras, que visam a retenção e a escassez destas, para que a oferta e o consumo sejam mais valorizados, no desejo de obtenção maior renda fundiária de suas propriedades. A terra para eles tem o valor de troca e não se uso.

Os promotores imobiliários realizam a seguintes operações: incorporação do imóvel – gestão do capital; financiamento do imóvel; estudo técnico – verificar viabilidade do imóvel; construção; comercialização final do imóvel. Além de construtoras e imobiliárias, esses promotores especulam nas construções, ficando algumas empresas com a maior parte do processo produtivo, como a venda ou a concretagem do cimento.

Ressaltamos a importância do Estado como um dos principais agentes, que atende a diversos interesses políticos, econômicos e sociais. Atuando através da implantação de serviços públicos, tais como: sistema viário; água; esgoto; iluminação; parques; coleta de lixo, praças, parques etc.

Os grupos sociais excluídos são trabalhadores assalariados, pessoas desempregadas, ou seja, aqueles que vivem a margem do processo, que também são produtoras desse espaço na cidade, sendo que a maioria não é possuidora de renda para o acesso a uma moradia adequada, muito menos para comprar uma, muitas vezes acabam ocupado cortiços ou favelas e, dessa maneira, também acabam modelando o espaço urbano.

Assim, Carlos (1999) reafirma o poder da atuação do Estado capitalista e, baseando-se no modelo neoliberal, no qual fornece infraestrutura para a realização das atividades econômicas, atua especialmente nas cidades que são locais da reprodução capitalista, das trocas, da concentração do excedente. O Estado, segundo Souza (2011) coloca que

[...] dispõe-se enquanto planejador: promulgação de leis (planos diretores, zoneamentos, legislação urbana/urbanística federal e estadual etc.) recursos para investimentos em larga escala, monopólio (legal) da violência, poder

(legal) da polícia. É claro que o Estado, por tudo isso, é e permanece sendo uma instância crucial do planejamento (e da gestão) das cidades. (SOUZA, 2011 p.150)

Neste sentido o Estado exerce funções diferenciadas dos outros agentes na medida em que atua na mediação de conflitos entre esses, e atendendo a diversos interesses na ação ou omissão, na reconfiguração desigual do espaço urbano, contribui para o aumento das desigualdades socioespaciais em diferentes escalas. O Estado tem função inerente de organizar e qualificar os espaços e um dos seus principais instrumentos é a partir das políticas públicas de infraestrutura. Por isso, a implantação de políticas públicas requer análise, visto sua grande capacidade de criar condições para a acumulação e reprodução do capital.

5 Políticas públicas de infraestrutura urbana

As políticas públicas são mecanismos voltados para qualificar os espaços, na melhoria de infraestrutura, como moradia digna, transporte e outros programas de urbanização que, para ocorrer, dependem dos interesses e do esclarecimento da população, como ressalta Texeira (2002, p.5)

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade.

Assim podemos dizer que políticas de infraestrutura urbana são equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento e funcionamento das áreas urbanas, podendo exercer funções sociais, econômicas e institucionais que visam promover adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança. A infraestrutura urbana deve propiciar o desenvolvimento das atividades produtivas, isto é, a produção e comercialização de bens e serviços, sendo normalmente o Estado o responsável por essas políticas. Assim pode-se dizer que a infraestrutura urbana deve propiciar os meios necessários ao desenvolvimento das atividades político-administrativas, através do Estado em suas diversas esferas, entre as quais se inclui da própria cidade.

As políticas públicas têm a função de qualificar os espaços, a fim de atender a demanda de infraestrutura adequada a esses espaços, como a moradia, básico, pavimentação das ruas, ou seja, uma série de ações que normalmente fica a cargo do Estado. Como bem define Texeira (2002, p.2)

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

O problema é que, muitas vezes, esses fins são desvirtuados, principalmente, na escala municipal, estando esta mais suscetível a corrupção, havendo muitas vezes uma distância entre as intervenções e declarações e as ações desenvolvidas e, poderão em alguns casos, ocorrer omissões ao invés de ações. Com isso, as camadas mais pobres continuam afetadas pela demanda por habitação, por causa das condições que os afetam, como a falta de rendimentos dessas famílias, como bem coloca Morais (2002, p.1):

[...] apesar do reconhecimento do caráter essencial da provisão de habitação e serviços urbanos adequados para a inclusão social e o combate à pobreza no país, as condições de moradia da população brasileira ainda são bastante precárias, sobretudo entre as camadas mais pobres.

Moradia adequada inclui espaço apropriado, acessibilidade física, segurança, iluminação, além da infraestrutura básica como rede de água e esgoto, coleta de lixo, tudo isso devendo estar disponível a custos acessíveis. Nas cidades brasileiras, os problemas como a falta de moradia, a carência dessas, a escassez de serviços de infraestrutura urbana são bastante visíveis. Por isso os problemas de estruturais dessas cidades ainda são consideráveis e as soluções ou políticas públicas de infraestrutura urbana ainda não são satisfatórias, estando nas grandes cidades onde esses problemas de modo mais visível quanto nas pequenas cidades, a exemplo de Alexandria-RN.

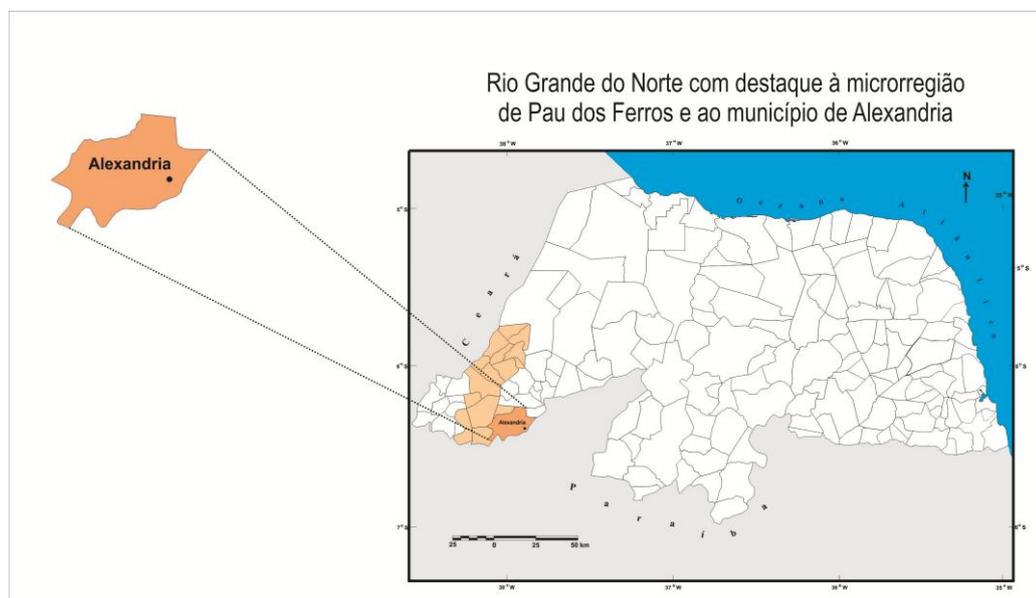
6 Caracterização da cidade de Alexandria – RN

A cidade de Alexandria-RN está localizada na microrregião de Pau dos Ferros – RN, atual divisão político-administrativa do estado (Figura 1). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010), a referida cidade conta com uma

população de 13.487 habitantes, sendo a 39ª mais populosa do Estado e a 2ª de sua microrregião. Ainda de acordo com o IBGE, Alexandria possui, em geral, 3.925 domicílios, sendo distribuídos nos bairros Santo Amaro, São Francisco, Santo Antonio, Cascalho, Alto Boa Vista, Estação, Novo Horizonte e Centro.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com o IBGE (2008), Alexandria apresentava R\$ 55.400.392,00 e a renda *per capita* de R\$ 3.921,60, ficando atrás, apenas, do município de Pau dos Ferros em sua microrregião, sendo que o setor primário ainda exerce grande importância para a economia local, já que corresponde boa parte da renda das famílias, principalmente a agricultura de subsistência e a pecuária que, segundo o IBGE (2010), esse setor era responsável por R\$ 62.540,00 de todo PIB do município. O setor secundário conta apenas com algumas pequenas indústrias em seu território sendo pouco expressivo para a economia da cidade. Já o setor terciário responsável pela prestação de serviços corresponde a R\$ 42.206,00 ao PIB alexandriense o que, de acordo com o IBGE (2008), existiam 206 unidades locais, sendo todas atuantes e 1.825 trabalhadores, sendo que nem todos são formalizados, já que a grande maioria recebe um salário menor que o mínimo.

Figura 1: Mapa do estado do Rio Grande do Norte, com destaque à microrregião de Pau dos Ferros e ao município de Alexandria.



Fonte: Mapa base do IBGE, 2005. Adaptado por Larissa Ferreira, 2012.

O município de Alexandria apresenta uma taxa de urbanização considerável, sendo o 68ª maior do Rio Grande do Norte (IBGE), tendo uma densidade demográfica em torno de

35,43 habitantes/km². Em virtude disso, o Estado, em sua esfera municipal, necessita criar políticas públicas voltadas a atender a demanda habitacional, dentre outras questões estruturais da cidade, atendendo a diversos interesses, tanto políticos, quanto sociais e econômicos. Neste sentido, é possível constatar essas ações em Alexandria, através da construção e organização do bairro Novo Horizonte. Localizado na periferia da cidade, está em processo de construção e, por sua vez, é produzido e organizado através de investimentos do Estado, no que concerne ao seu poder municipal.

Devido a necessidade local de resolver a problemática da falta de unidades habitacionais, o município optou pela produção de um bairro que minimizasse tal demanda, a partir da construção do bairro Novo Horizonte. Localizado na periferia da cidade, está em processo de construção e é produzido e organizado através de investimentos públicos. A especificidade do bairro é concentrar, ainda, vários prédios de serviços públicos como o Fórum Desembargador Zulma Veras, a Previdência Social, (ainda em fase de construção), o Cartório Eleitoral, a promotoria e será construído o IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte). Conta também com uma praça e um conjunto habitacional. A infraestrutura ainda é precária, porém suas ruas já estão sendo pavimentadas e existem planos de outros investimentos no local.

O bairro Novo Horizonte se diferencia, ainda, do contexto urbano da cidade, na medida em que os demais bairros cresceram à revelia de uma organização espacial urbana por parte da gestão pública do município em foco. O bairro é resultado de específico planejamento e vem sendo totalmente construído com recursos do governo federal para abrigar órgãos públicos e um conjunto habitacional.

A atual administração pública municipal, na figura do secretário de obras, afirma que o planejamento do bairro Novo Horizonte se deu no intuito de que a população fosse beneficiada com serviços públicos, lazer e uma infraestrutura adequada. Relata ainda que houve grande melhoria nas condições de vida dos que residem nesse bairro. O que pode e deve ser questionado, pois uma parcela da população da cidade de Alexandria vive em bairros que necessitam de melhor infraestrutura, como pavimentação, praças, iluminação pública entre outros e o bairro Novo Horizonte, diferente de todos os demais, contém toda infraestrutura possível, além de variados serviços públicos em seu mesmo espaço. Tal quadro nos leva a refletir por que houve a construção de um conjunto habitacional, onde estão localizados tantos aparelhos estatais? Como se deu a distribuição das casas, e quais foram os critérios de distribuição?

As políticas habitacionais em pequenas cidades, a exemplo de Alexandria, muitas vezes se configuram como um mecanismo no qual se evidencia a segregação socioespacial, devido um alto investimento em determinadas áreas em detrimento de outras. Mas o Estado pode atuar de diversas formas, diretamente fornecendo infraestrutura na área de habitação, transportes, e saneamento, e de forma indireta através da legislação, exercendo controle no sentido de criar condições para o processo de acumulação capitalista. E ao mesmo tempo atuar também de forma a amenizar as desigualdades socioespaciais.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Alexandria (PMA), o bairro Novo Horizonte começou a ser construído no dia 30/06/2008, tendo o Estado como modelador do espaço urbano, através de programas do Governo Federal. Na área de habitação o investimento veio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, e foram construídos, no bairro, dois conjuntos habitacionais (um com cinquenta casas e o outro com 35), porém não há separação, pois ambos estão localizados na mesma área, com o mesmo tamanho e a mesma infraestrutura. Nesse sentido questionamos a construção de tantos órgãos estatais e de um conjunto habitacional no bairro que, de acordo com o responsável pela Secretária de Obras, seria por se tratar de uma área de expansão, e também pela propriedade da terra ser do município e o município sempre teve a intenção de investir na área, colocando os planos em prática, através da ajuda financeira do governo federal.

O Estado interveio e coordenou a produção dessas construções em uma área periférica da cidade, o que caracterizou a essência de uma contradição da necessidade social *versus* a iniciativa privada, pois ao mesmo tempo em que produz moradia para as populações de baixa renda, defende os interesses do capital e seus lucros que obtém no mercado imobiliário, sendo possível, constatar esse fato no bairro em estudo através dos loteamentos que se encontram a venda. Mesmo assim a produção de habitações pelo Estado é importantíssima, principalmente no controle de moradias de baixa qualidade como as casas de taipa, embora que essas políticas não consigam beneficiar os mais necessitados.

Ainda de acordo com a Secretaria de Obras as construções no bairro não foram suficientes para atender as necessidades de moradia e de outros serviços, portanto há intenção de novos investimentos como a construção de uma escola técnica federal (Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN) uma escola de ensino médio, e mais 20 casas no conjunto habitacional, todos já com demarcação de área, além da finalização de obras estruturais como pavimentação de todas as ruas, já que o bairro conta com os serviços públicos de água, eletricidade, e saneamento.

Quando questionamos por que o bairro Novo Horizonte abrigar tantos aparelhos de serviços públicos, foi destacado a facilidade de acesso das pessoas a serviços públicos ofertados naquele bairro, bem como sua localidade que permite uma proximidade com outros bairros.

O Estado desempenha estratégias e práticas como um dos principais agentes na produção do espaço urbano. Independente do tamanho da cidade, esse seleciona normalmente as melhores áreas para si, subordinando o direito pleno a cidade, que envolveria melhorias estruturais em diversos setores, como por exemplo, programas de urbanização em que a sociedade tenha acesso aos projetos e fosse consultada antes de sua excursão. Neste sentido o Estado não é um parceiro, pois este produz um espaço acompanhado por distinções e contradições.

7 Produção e organização de um conjunto habitacional próximo a prédios públicos

A organização e estruturação do bairro Novo Horizonte requer uma análise da atuação do Estado, especialmente quando se trata do conjunto habitacional construído naquele local. O Estado atuou no bairro como modelador direto, interferindo no espaço através de investimento na área de habitação, e infraestrutura como; saneamento básico, iluminação pública, calçamento das ruas, coleta de lixo e água, e com a construção de prédios públicos como a fórum Desembargador Zulmar Zeras, (figura 02), futuras instalações da previdência, (figura 03), fórum eleitoral, (figura 04), promotoria (figura 05), conjunto habitacional (figura 06) e calçamento das ruas (figura 07).

Figura 02 Fórum Desembargador Zulmar Veras



Fonte: Júlia Câmara 2012.

Figura 03: Futuras instalações da Previdência



Fonte: Júlia Câmara 2012.

Figura 03: Fórum Eleitoral

Fonte: Júlia Câmara 2012

Figura 04: Promotoria

Fonte: Júlia Câmara 2012

Figura 05: Conjunto Habitacional no bairro Novo Horizonte

Fonte: Júlia Câmara 2012

Figura 06: Calçamento do bairro Novo Horizonte

Fonte: Júlia Câmara 2012

Essas iniciativas tiveram sua importância para classe menos favorecida, porém também criou condições para que haja a viabilização no processo de acumulação e reprodução do capital. Neste sentido o Estado atua na defesa da reprodução das classes sociais e por isso cria mecanismos que justifiquem suas ações, que nunca são neutras.

Através da alocação de recursos públicos de políticas habitacionais vindas especificamente da Caixa Econômica e do Banco do Nordeste, foi planejado o conjunto no bairro Novo Horizonte, cujos critérios para a doação das casas seriam pessoas que vivem em casas de taipa, com crianças ou idosos, e que more a pelo menos cinco anos no município, não sendo levada em consideração a renda mensal obtida pela família.

Segundo a responsável pela Secretaria Municipal de Ação Social – SEMAS foram beneficiados oitenta e cinco famílias que além de uma casa para morar também conta com uma infraestrutura básica adequada; iluminação pública, água encanada, calçamento, saneamento, uma praça e uma quadra para a prática de esportes.

Todavia a construção do conjunto habitacional não foi suficiente para atender a resolver a questão habitacional na cidade, existindo ainda uma grande demanda com cerca de oitocentos cadastros na SEMAS, os chamados cadastro único, o mesmo que dá direito ao acesso a programas do governo federal como o bolsa renda. O que ocorre é que muitas vezes aqueles que receberem a casa e moravam em condições de risco, são normalmente expropriados e voltam a morar em risco, assediados acabam por vender ou trocar sua casa por um preço irrisório, ou por uma moto, um carro.

Neste sentido a SEMAS é omissa, pois não desenvolve nenhum programa social específico para que as pessoas permaneçam com suas casas, e mesmo quando a venda é denunciada não existe medidas punitivas para quem compra ou venda a casa, por não existir documento formal em cartório, os beneficiados assinaram apenas uma declaração que é válida por dez anos, o que não dá exatamente a propriedade da casa, que continua sendo do Estado durante esses anos, e não pode ser vendida, alugada, ou mesmo passada para um parente próximo.

Apesar da avaliação da prefeitura em relação ou projeto do conjunto habitacional no bairro Novo Horizonte ser positiva, por ter beneficiado algumas famílias que permanecem no local, e por acreditar que mesmo a venda das casas pode vir a ser positivas por causa dos investimentos na área. Acredita-se que essa política se mostrou ineficaz, sendo necessário o Estado repensar sua atuação e resolução dos problemas habitacionais na cidade.

De acordo com os moradores do conjunto habitacional a solução para a questão da habitação está longe de ser resolvida, especialmente pelas falhas nos critérios para a doação e por falta de políticas eficazes que façam os beneficiados permanecerem em suas casas. Foram relatados muitos casos de pessoas que estavam em extrema necessidade, atendendo a todos os critérios, inclusive residindo em casa de taipa, e continuaram na mesma situação. De acordo com entrevista realizada a uma das moradoras: “Minha irmã tem quatro filhos, mora em uma casa de taipa, de baixíssima condição econômica, e social, ocupou uma das casas do conjunto habitacional, e a Secretaria de Ação Social chamou a polícia para tirá-la de lá a força, enquanto outras pessoas foram beneficiadas sem necessitar, conheço muita gente que recebeu a casa, inclusive grandes proprietários, não falamos nada para não nos comprometermos, mas muitas pessoas no bairro tem conhecimento das falhas na entrega das casa.”

A atuação do Estado na produção de moradia para pessoas de baixa renda tem sido falha, especialmente na distribuição das casas e na permanência dos beneficiados no local, falta de políticas de punição para quem compra ou vende as casas, cerca de 55% dos

entrevistados no conjunto habitacional moram em casas alugadas e os outros 45% relataram que a SEMAS não citou nada sobre não poder vender ou trocar seus imóveis.

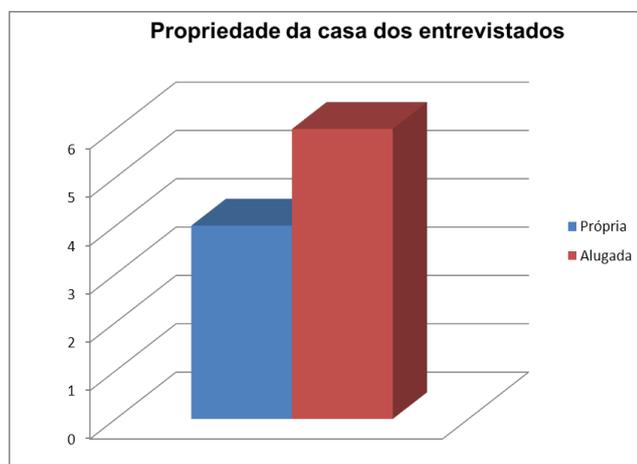


Figura 07: Propriedade da casa dos entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2012.

A responsável pela secretaria de Ação Social do município diz que a baixa participação destes em controlar tais imóveis se dá devido ao processo burocrático existente para que se prove a efetivação na compra ou troca do imóvel, além de outras questões políticas, de amizade, e por medo de que ocorra violência se essas questões forem levadas ao ministério público. Os moradores que conhecem a situação também não denunciam, e quando perguntados se já utilizaram os serviços públicos ofertados no bairro 100% respondeu que não, e entre estes serviços está o ministério público no qual pode-se efetivar essas denúncias. Mesmo com todas essas questões houve uma melhoria nas condições de moradia da cidade, evidenciada pela qualidade das construções, e pelas questões estruturais, 100% dos moradores entrevistados citaram contar com infraestrutura básica. Moradia digna significa além de um teto, iluminação, espaço adequado, equipamentos de água, esgoto, coleta de lixo e transporte.

Percebe-se que outros agentes produtores do espaço urbano, além do Estado, começam a fazer parte do bairro, agindo através da compra de imóveis, reformando e alugando. Verifica-se um processo de reestruturação mesmo que timidamente e com isso o surgimento de novas formas espaciais, e novas territorialidades. Quando questionada se conhecia alguém que vendeu o imóvel uma moradora revela; “Conheço, a casa vizinha, a dona se chama Cândida, vendeu a casa a um senhor que tem vários imóveis espalhado pela cidade e mesmo aqui no conjunto.”

Segundo a SEMAS, a tendência é que o bairro Novo Horizonte se torne nobre, pela proximidade com os aparelhos públicos, e por causa dos investimentos que a iniciativa privada fará. As políticas habitacionais desenvolvidas na cidade de Alexandria reforçam as tendências segregacionistas, pois poucos têm acesso, sendo estas feitas através de critérios duvidosos como a doação a pessoas escolhidas pela Prefeitura Municipal da referida cidade.

O que se vê em Alexandria é uma reforma urbana a partir da legislação urbanística, valorizando novas áreas da cidade, e por outro lado desvalorizando outras. A cidade passa a ser vista e relacionada pelos cidadãos com a riqueza e não com contradições e problemas. Pode-se observar na cidade de Alexandria e mais especificamente no bairro Novo Horizonte um planejamento urbano que serve aos interesses de poucos, não garantindo o acesso aos bens públicos a todos, sendo a criação desse bairro uma forma de acentuar a segregação socioespacial na cidade.

Neste sentido percebe-se que não existe imparcialidade nas ações do Estado, que este pode contribuir para amenizar os conflitos sociais, mas que acaba por reproduzir a sociedade de classes. O papel dos cidadãos é de se informar ou até se mobilizarem, na fiscalização das ações do Estado, para que não ocorram tantas falhas nessas como as que constatamos na produção do bairro Novo Horizonte.

8 Considerações finais

Procuramos fazer uma reflexão acerca da produção e organização do bairro Novo Horizonte empreitado pelo Estado, procurando dar visibilidade aos aspectos positivos e negativos que tal produção trouxe para a cidade e, principalmente, para a classe menos favorecida economicamente.

O capitalismo, com suas particularidades, acaba sempre por influenciar e sobrepor suas mazelas nos espaços, como está ocorrendo no bairro Novo Horizonte que mesmo que a implantação de um conjunto habitacional tenha significado algum avanço social, sentimos a influência do sistema no local. O Estado como um dos principais agentes produtores do espaço urbano cuidou de selecionar uma área e fazer uma alocação de recursos, na construção de vários prédios públicos e um conjunto habitacional e está dando infraestrutura básica. Esse empreendimento do Estado que exerce diversas funções, e tem como meta a ampliação desse espaço a partir de uma lógica capitalista, visando atrair para o local, outros investimentos da iniciativa privada, sobre esse papel do Estado Corrêa (2000 p. 62) “O Estado em muitos

casos, tornou-se empresário, diversificando seus investimentos. Esta função que passa a desempenhar interessa ao grande capital inserindo-se na dinâmica da acumulação capitalista [...]”

Essas ações do Estado no bairro estudado são evidenciadas a partir do choque de interesse, como a falha nos critérios de distribuição das casas, que acaba beneficiando aqueles que não necessitam e não os que precisam realmente, e também por não tomar iniciativas frente a fatos como a venda dos imóveis, que poderiam e deveriam está sendo fiscalizados, sendo que tais fatos são ignorados, e até tidos como positivos. Segundo a responsável pela SEMAS, os diferentes interesses se chocam e conseqüentemente os diversos tipos de pressão, e o Estado acaba por beneficiar as classes mais abastadas em detrimento da classe menos favorecida.

Portanto, a construção e organização espacial do bairro Novo Horizonte foi uma estratégia do Estado não para visar a promoção do desenvolvimento social do município e o bem estar da população, pois apenas uma pequena parcela dessa que necessita foi beneficiada, na medida em que grande parte da população da cidade de Alexandria continua vivendo em bairros que necessitam de melhor infraestrutura, como pavimentação, praças, iluminação pública entre outros, e cabe ao Estado criar mecanismos para solucionar tais problemas.

9 Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, v. , p. 53-74.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

CAVALCANTI Francine F. B.. Imóveis da união para habitação de interesse social: “Direito a cidade” para quem?. In: PRIMEIRO COLÓQUIO TERRITÓRIO AUTÔNOMO. 1. , 2010. Rio de Janeiro. **Resumos** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) 2010. p. 17.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, v. , p. 41-52.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades@ Alexandria-RN**. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=240050>> Acesso em: 15/fev./2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. **Séries estatísticas e históricas**. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em:
<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122&t=taxa-de-urbanizacao>> Acesso em: 26/fev./2012.

SANTOS, Milton. As técnicas, o tempo e o espaço geográfico. In. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 25-49

SOUZA, Marcelo Lopes de. O que faz de cidade uma cidade? In: **ABC do desenvolvimento urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 23-40.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discussões heterônomas na produção do espaço urbano. In: CARLOS Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, v. p. 147-166.

TEXEIRA, Everaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local na transformação da realidade**. Salvador-BA: UFBA, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.